

Editorial

A luta pelo ambiente

Marcelo Lopes de Souza
Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

Estudo “do Homem e seu Meio”, como se dizia antigamente, ou “das relações entre Sociedade e Natureza”, como se passou a denominar mais tarde: em torno disso se construiu a mais característica tradição de pesquisa na Geografia. Todos sabemos, porém, que, a partir dos anos 1970 e 1980, muitos se puseram a duvidar de que a preocupação com esse tipo de integração entre conhecimentos das ciências da sociedade e das ciências da natureza devesse ser perseguido no interior da Geografia. “O resultado será sempre superficial”, diziam e dizem alguns; “é como tentar misturar água e óleo”, diziam e dizem outros (ou os mesmos). Com o passar dos anos e das décadas, a veemência dos céticos, somada à adesão aos modismos, pareceu convencer uma legião. Para um observador brasileiro do começo dos anos 1990, a preocupação com a construção de uma ponte entre ciências da sociedade e da natureza parecia estar irremediavelmente condenada a definhar até desaparecer.

Alguns geógrafos, contudo, insistiram. Entre os “geógrafos físicos”, alguns se recusaram a reduzir uma sociedade complexa a um mero “fator antrópico” (ou pior: a fazer de conta que a sociedade não existe); de sua parte, alguns “geógrafos humanos”, dando continuidade aos exemplos clássicos de um Orlando Valverde ou um Manoel Correia de Andrade, não aceitaram a sugestão tácita (e às vezes explícita) de deixar de lado os processos geoecológicos. E tudo isso sem abrir mão, na maioria dos casos, de

uma perspectiva crítica sobre a produção social do espaço geográfico e os modos de apropriação e transformação da natureza não humana. Por isso é que quando, na virada do século XX para o XXI, geógrafos anglo-saxônicos lançaram a ideia de uma *environmental geography*, a fazer um “meio de campo” entre “Geografia Humana” e “Geografia Física”, alguns importantes geógrafos brasileiros poderiam muito bem ter dito: “bem, para nós, isso não constitui novidade!”. De fato: nem para brasileiros ou alemães ou franceses, e nem mesmo para os anglo-saxônicos, se trata, essa Geografia Ambiental, de uma completa novidade. A novidade, por assim dizer, reside na coragem de tentar mostrar aos demais colegas que esse empreendimento não quer mais ser algo apenas residual, moribundo. Desejamos mostrar que esse empreendimento, renovado epistemológica e teoricamente, pode e deve ser uma parte importante do futuro da Geografia – inclusive para que (ousamos dizer) a Geografia possa ter um futuro.

O “ambiente” ao qual se faz referência no título deste Editorial é, assim, em um primeiro momento, a luta por reafirmar o conceito de ambiente como um dos conceitos centrais da Geografia. Não, todavia, entendido de maneira mutilada enquanto “meio ambiente” – isto é, na qualidade de simples meio biofísico, “primeira natureza” –, mas sim sob a forma do inseparável duo *espaço geográfico total e seus produtores*. Com efeito, o espaço geográfico, via de regra (a não ser no caso de paleoambientes anteriores ao aparecimento da humanidade), se acha transformado, em graus variados, pelo *homo sapiens*, e cada vez mais no contexto de sociedades complexas, com suas contradições e fraturas de classe (entre outras várias clivagens sociais).

Ao mesmo tempo, porém, uma revista que traz o nome de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, tem na análise de tensões e conflitos uma de suas marcas mais distintivas. O “ambiente” pelo qual se luta, portanto, não é apenas o ambiente enquanto conceito, em meio a disputas epistemológicas e teóricas, mas sim o ambiente real, concreto, do qual depende uma pletera de agentes sociais. Ambiente que, na verdade, sempre é plural: os ambientes, a englobar humanos e não humanos, “fatores bióticos” e “abióticos”, “primeira natureza” e “segunda natureza”.

AMBIENTES, no entanto, é parte de um projeto maior e decorrência de um processo que vem se desenrolando desde 2017. Nesse ano, mais especificamente em abril, surgia a Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, ou RP-G(S)A. Por iniciativa de Marcelo Lopes de Souza, um grupo inicial de oito pesquisadores e seus orientandos de mestrado e doutorado fundou a RP-G(S)A com o intuito de fomentar a pesquisa em torno da Geografia Ambiental, com uma ênfase clara em Ecologia Política. Em outubro de 2017, em Porto Alegre, durante o XII ENANPEGE, os pesquisadores ligados à rede que ali se encontravam organizaram a sua primeira reunião presencial, na qual decidiram pela realização do *I Simpósio Nacional Geografia, Ambiente e Território* (I SIMGAT), na UNESP de Presidente Prudente, e igualmente pela criação de **AMBIENTES**. Quase todos os trabalhos que compõem este primeiro número da revista tiveram sua origem em palestras ou comunicações apresentadas no I SIMGAT, em novembro de 2018. Assim como a Geografia Ambiental brasileira, que agora buscamos fortalecer e renovar, possui profundas raízes, nossa revista é também fruto de uma história que vai se adensando mais e mais. Somos já dezenove pesquisadores permanentes vinculados à RP-G(S)A, espalhados pelo Brasil, de Porto Alegre a Belém, e nosso número segue crescendo.

A Ecologia Política tem se mostrado, desde sempre, um tipo de saber com uma agenda socialmente crítica. Com isso, ela chama para si uma tarefa que é, hoje em dia, em meio a tantas injustiças e também a tanta alienação e mistificação ideológica, menos trivial que nunca: colaborar com a denúncia de iniquidades e situações de heteronomia, opressão e abusos (aí incluídos os abusos perpetrados contra os animais não humanos), como decorrência de um olhar que compreende a “dominação da natureza” e a dominação entre humanos como os dois lados de uma mesma moeda. O vínculo com a Ecologia Política explicita a maneira como acreditamos ser desejável, em um plano mais “doméstico”, a construção da Geografia Ambiental: fomentar o engajamento crítico e propositivo e estimular os diálogos entre saberes, dentro e fora do mundo acadêmico.

Se a “luta pelo ambiente” a que fazemos alusão no título deste Editorial não se dá, obviamente, apenas no terreno teórico-conceitual, científico, mas sim, em primeiro lugar

e acima de tudo, no âmbito prático-político, dos conflitos sociais, isso significa dizer, em uma palavra, que ela se dá no âmbito da *práxis*. É isto, aliás, que torna a disputa de ideias, em última instância, verdadeiramente relevante. A mensagem de que **AMBIENTES** pretende ser portadora, com isso, pode ser assim resumida: *compreender o ambiente de maneira ampla e crítica em meio ao esforço para analisar os conflitos sociais concretos, sob o signo do propósito ético-político de colaborar com a edificação de uma sociedade justa.*



O primeiro número de **AMBIENTES** é composto por nove artigos, uma entrevista e uma resenha. O primeiro artigo, intitulado “*O que é a Geografia Ambiental?*”, de **Marcelo Lopes de Souza**, apresenta esse enfoque e justifica a sua relevância, destacando a interface da Geografia Ambiental com a Ecologia Política e, ao mesmo tempo, resgatando um pouco da história da Geografia para ilustrar como as raízes da Geografia Ambiental contemporânea são antigas. Com efeito, se por um lado não se trata, de forma alguma, de pretender “voltar ao passado”, por outro vale a pena extrair algumas lições (negativas e positivas) do modo como os geógrafos clássicos desenvolveram estudos e análises que se preocuparam em combinar conhecimentos das ciências da sociedade e das ciências da natureza. Dando sequência a provocações feitas durante a conferência de abertura do XI Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia (XI ENANPEGE), realizado em 2015 em Presidente Prudente, o autor conclama os geógrafos brasileiros a refletirem sobre algo que tem sido crescentemente (re)valorizado por geógrafos de vários países, e que tem tido, na própria história da Geografia brasileira, tantos representantes de peso, de Orlando Valverde a Carlos Walter Porto-Gonçalves, Dirce Suertegaray e outros: um diálogo *intradisciplinar*, justamente no estilo do que atualmente é chamado de Geografia Ambiental.

Em “*El ayllu como territorio de vida en las comunidades altoandinas y su relación con la configuración espacial de la minería en el Desierto y Salar de Atacama, Norte de Chile*”, os

geógrafos chilenos **Hugo Romero e Dustyn Opazo**, fundamentados na recente corrente da Geografia Física Crítica, discutem o *ayllu* enquanto uma construção social especializada de comunidades indígenas andinas, assim como os conflitos por recursos (sobretudo em torno das águas) e território dessas comunidades com empresas de mineração que têm ampliado sua atuação no Deserto do Atacama. Ao evidenciar outra matriz cultural de racionalidade por parte das comunidades indígenas, os autores discutem as contradições entre saberes e valores fortemente arraigados no território e os interesses econômicos de empresas estrangeiras e nacionais do setor de mineração. Processos de cooptação de membros das comunidades e a existência de conflitos internos entre os indígenas também são abordados como elementos complexificadores das mudanças (socio)ambientais que têm ocorrido na região.

Em seguida, ao estabelecerem um diálogo intergeracional acerca da chamada *questão ambiental*, **Dirce M. A. Suertegaray e Cristiano Quaresma de Paula** nos oferecem um ensaio, denominado “*Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis*”, pautado na crítica à fragmentação do conhecimento na Geografia. O ensaio em questão teve origem na fala de Dirce Suertegaray durante o I SIMGAT, em 2018, reflexões agora expandidas com o auxílio de Cristiano Quaresma de Paula. Ali, os autores propõem uma perspectiva geográfica totalizante, pautada na práxis e na interação entre pesquisadores e sujeitos envolvidos na pesquisa. Ao relatarem experiências de pesquisa com ribeirinhos da Amazônia, eles chamam a atenção e questionam a própria dicotomia pesquisador-sujeito/objeto e indicam formas de aprendizado com esses sujeitos que enriquecem o próprio olhar do pesquisador.

Roberto Verdum, em seu artigo intitulado “*Experiência interdisciplinar: A apropriação social da natureza em Canguçu (RS)*”, relata seu envolvimento enquanto docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além de se tratar de um Programa de Pós-graduação interdisciplinar, o autor expõe como procurou integrar uma leitura da heterogeneidade do meio e das desigualdades sociais, através da espacialização de

sistemas de cultivo e de criação, com o levantamento de como os atores sociais manejam as potencialidades e as restrições do meio, por meio de uma pesquisa sobre produção agrícola ecológica no município de Canguçu/RS. A experiência em questão foi oriunda da orientação de duas dissertações de mestrado no referido Programa, e demonstrou ao pesquisador que, em meio e para além da necessidade de se estabelecerem teorias e métodos condizentes com a formação dos mestrandos, as pesquisas interdisciplinares potencializam diálogos muito frutíferos entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, permitindo até mesmo construir novas bases teórico-metodológicas.

Melina Fushimi e João Osvaldo Rodrigues Nunes estabelecem uma relevante conexão entre trabalho de gabinete e de campo no artigo *“Uso da terra e cobertura vegetal na dinâmica erosiva linear das áreas rurais do município de Presidente Prudente, estado de São Paulo”*. Partindo de um mapeamento do uso da terra no município paulista e da identificação *in loco* dos diferentes tipos de uso identificados através da interpretação de imagens de satélite, os pesquisadores discutem elementos geradores de processos erosivos, que são bastante comuns na Região Oeste do estado de São Paulo. A ocupação das terras com pastagens e com a atividade canavieira, sem maiores cuidados com a conservação de solos, sobretudo em áreas com declividade superior a 20%, tem influenciado esses processos. O artigo é um exemplo de como o levantamento do uso da terra é fundamental para a proposição de ações de planejamento e de gestão ambiental.

Ao relacionar conhecimentos do meio físico com as consequências da implantação de técnicas de “controle” ambiental, **Adriana Figueira Leite** discute como a construção de diques e canais artificiais alterou a dinâmica fluvial e contribuiu para processos de inundação no baixo curso do Rio Paraíba do Sul (RJ). No artigo *“Estruturas hidráulicas, gestão dos recursos hídricos e desastres relacionados à água na região do baixo rio Paraíba do Sul (estado do Rio de Janeiro): Uma análise fundamentada no desastre deflagrado pela inundação de 2007”*, a autora demonstra que o processo de drenagem e a presença das estruturas hidráulicas influenciaram o comportamento hidrológico dos

ambientes fluviais, agravando extremos hidrológicos, com sérias consequências sócio-espaciais. Um exemplo notável de estudo empírico de Geografia Física Crítica e, em última análise, de Geografia Ambiental, desenvolvido por uma pesquisadora que vem, há anos, colaborando com atores locais em Campos dos Goytacazes (Norte Fluminense), notadamente populações pobres e subalternizadas.

Márcia A. S. Pimentel, em seu artigo, destaca a importância de se identificar e entender como as comunidades locais percebem e manejam seus recursos naturais, para se definirem estratégias e ações mais adequadas de conservação da biodiversidade. Utilizando como exemplo a Reserva Marinha de São João da Ponta, uma Reserva Extrativista (Resex) localizada no estado do Pará, Márcia Pimentel elenca territorialidades e elementos de conflito e de resistência de pescadores que vivem em Resex, utilizando a noção de “maretório”, como uma aplicação específica e localmente enraizada do conceito de território. Com o título de “*Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências*”, seu artigo aborda desafios da gestão participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como é o caso das reservas extrativistas marinhas.

Outro tema da mais alta relevância social, igualmente focalizado neste primeiro número de **AMBIENTES**, refere-se ao uso de agrotóxicos. Apesar das consequências do uso intenso de agrotóxicos no Brasil serem ainda pouco conhecidas, haja vista o poder do setor do agronegócio e a necessidade de investimentos de custo nada desprezível em análises laboratoriais diversas, o tema tem despertado o interesse de pesquisadores, movimentos sociais e de boa parte da população brasileira. Como o Brasil é um dos países que mais utilizam agrotóxicos no mundo, crescem as preocupações com seus impactos no ambiente e, sobretudo, na saúde das pessoas. Utilizando dados secundários do IBGE, IBAMA e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), **Shaiane C. Gaboardi** faz um levantamento de dados – expressos em mapas, gráficos e tabelas – sobre o uso de agrotóxicos na Microrregião de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, entre os anos de 2009 e 2017. Assim, o artigo “*Notas sobre a utilização de*

agrotóxicos em Santa Catarina e no Brasil (2009-2017)” traz dados sobre o uso de agrotóxicos em nosso país e em Santa Catarina, detalhando informações de treze municípios da Microrregião de Rio do Sul.

Finalizando a seção de artigos, **Rafael Luiz L. L. Chaves** apresenta um levantamento detalhado dos agentes envolvidos em conflitos ambientais em uma unidade de conservação do município do Rio de Janeiro, identificando suas respectivas práticas espaciais e as contradições ou fricções entre a “defesa” da proteção ambiental, a especulação imobiliária e a luta pelo direito à moradia. Com base tanto em dados secundários quanto em dados primários gerados durante trabalhos de campo, o autor criou matrizes que nos oferecem um olhar panorâmico ou sintético sobre ativismos, interações e conflitos entre os agentes identificados. O artigo “*Agentes do conflito ambiental e suas práticas espaciais: O caso da APARU-ABV, uma unidade de conservação municipal no Rio de Janeiro (RJ)*” é construído a partir de uma abordagem geográfica claramente inserida na Ecologia Política Urbana, concentrando-se em uma problematização de diferentes tipos de ativismo urbano-ambiental e seus limites.

A entrevista que compõe o primeiro número de **AMBIENTES** tem a intenção de pôr em evidência a trajetória profissional e de ativista do professor e pesquisador **Arthur Soffiati**. Decano dos historiadores ambientais brasileiros, Soffiati tem sido um dos principais pensadores político-ecológicos de nosso país, condição que justifica o tributo que aqui lhe prestamos. Para além de possuir uma ampla produção acadêmica que, apesar de estar centrada em estudos empíricos sobre o Norte Fluminense, aborda também questões teóricas e filosóficas, Arthur Soffiati tem sido, desde sempre, um intelectual público e um militante. Suas interessantes discussões sobre o ecologismo e suas reflexões sobre problemas ambientais muito abrangentes se vêm alimentando, ao longo das décadas, do engajamento por causas específicas variadas (comumente relacionadas com problemas do Norte Fluminense), não menos do que das numerosas leituras. Entrevistado por **Adriana F. Leite e Luciano Z. P. Candiotto**, Soffiati expõe o olhar

de uma pessoa que viveu intensamente o ambientalismo brasileiro e todo o debate acerca do “desenvolvimento sustentável”, antes, durante e após a Rio-92.

Por último, na seção dedicada a resenhas, **Maria Célia Nunes Coelho**, destacada professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da UFRJ, nos brinda, a partir de seu conhecimento sobre a Amazônia, com um instigante comentário sobre o livro “*Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso*”, de **Carlos Walter Porto-Gonçalves**, publicado em 2017. Ao valorizar a perspectiva antidicotômica apresentada pelo autor, a professora Maria Célia Coelho aponta uma das principais virtudes do livro. Não se furta, contudo, a apontar igualmente aquilo que considera serem lacunas. Em assim procedendo, fazendo de sua leitura um exercício de diálogo crítico e construtivo com uma obra e seu autor, a resenhista nos dá um exemplo de como uma resenha cumpre genuinamente seu papel ao não se limitar à descrição sintética (e frequentemente insossa) ou aos elogios rituais. A melhor maneira de honrar um grande intelectual não é repeti-lo e nem mesmo apenas elogiá-lo, mas sim *debater suas ideias* – algo que ainda é raridade em nosso meio acadêmico.